

PROCESSO DE CONSULTA PRÉVIA  
DAF\_29/2024

## CADERNO DE ENCARGOS

**FORNECIMENTO:** Aquisição de Duas Carrinhas de 9 lugares para o Município de Sernancelhe

**PREÇO BASE:** 55.284,55 € (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos)

**PRAZO:** 15 (quinze) dias

**CPV:** 34100000-8 Veículos a motor

## **ÍNDICE:**

### **PARTE I**

#### **CAPÍTULO I – Disposições Iniciais**

- Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto
- Cláusula 2.<sup>a</sup> – Âmbito
- Cláusula 3.<sup>a</sup> – Preço base
- Cláusula 4.<sup>a</sup> – Contrato e interpretação dos documentos
- Cláusula 5.<sup>a</sup> – Prazo do contrato

#### **CAPÍTULO II – Obrigações contratuais**

##### **Secção I – Obrigações gerais do fornecedor**

- Cláusula 6.<sup>a</sup> – Obrigações principais do fornecedor
- Cláusula 7.<sup>a</sup> – Conformidade e operacionalidade dos bens/serviços
- Cláusula 8.<sup>a</sup> – Entrega dos bens/serviços objeto do contrato
- Cláusula 9.<sup>a</sup> – Inspeção e testes
- Cláusula 10.<sup>a</sup> – Inoperabilidade, defeitos ou discrepâncias
- Cláusula 11.<sup>a</sup> – Aceitação dos bens
- Cláusula 12.<sup>a</sup> – Garantia técnica e de bom funcionamento
- Cláusula 13.<sup>a</sup> – Garantia de continuidade de fabrico
- Cláusula 14.<sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais
- Cláusula 15.<sup>a</sup> – Pormenores do tratamento de dados
- Cláusula 16.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo
- Cláusula 17.<sup>a</sup> – Direitos de propriedade intelectual e industrial

##### **Secção II – Obrigações gerais da Câmara Municipal de Sernancelhe**

- Cláusula 18.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato
- Cláusula 19.<sup>a</sup> – Preço contratual
- Cláusula 20.<sup>a</sup> – Revisão ou atualização de preços
- Cláusula 21.<sup>a</sup> – Condições de pagamento

#### **CAPÍTULO III– Resolução do contrato**

- Cláusula 22.<sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público
- Cláusula 23.<sup>a</sup> – Resolução por parte do fornecedor

#### **CAPÍTULO IV– Caução e seguros**

- Cláusula 24.<sup>a</sup> – Caução
- Cláusula 25.<sup>a</sup> – Seguros

#### **CAPÍTULO V – Resolução de litígios**

- Cláusula 26.<sup>a</sup> – Foro competente
- Cláusula 27.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações
- Cláusula 28.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos
- Cláusula 29.<sup>a</sup> – Responsabilidades
- Cláusula 30.<sup>a</sup> – Força maior
- Cláusula 31.<sup>a</sup> – Penalidades contratuais
- Cláusula 32.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual
- Cláusula 33.<sup>a</sup> – Legislação aplicável

#### **CAPÍTULO VI – Lista de Artigos**

**PARTE I**  
**Capítulo I**  
**Disposições iniciais**

Cláusula 1.<sup>a</sup>

**Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por consulta prévia que tem por objeto principal a **"Aquisição de Duas Carrinhas de 9 lugares para o Município de Sernancelhe"**, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP).

Cláusula 2.<sup>a</sup>

**Âmbito**

Pretende-se adquirir duas viaturas de 9 lugares, de acordo com o estipulado nas Lista de artigos deste Caderno de Encargos.

Cláusula 3.<sup>a</sup>

**Preço base**

Pela entrega dos bens objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar o preço base de **55.284,55 € (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, obtido com base preços atualizados do mercado, através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Contrato e interpretação dos documentos**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 5.ª

##### **Prazo do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até à prestação integral de todos os bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. A entrega dos bens do procedimento deverá ocorrer por um período máximo de **15 (quinze) dias**, com início após a eficácia do processo.

#### **Capítulo II**

##### **Obrigações contratuais**

##### **Obrigações gerais do fornecedor**

#### Cláusula 6.ª

##### **Obrigações principais do fornecedor**

1 Sem prejuízo de outras obrigações na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens entregues;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico, se aplicável;
- d) Obrigação de substituição das peças sempre que se verifiquem defeitos de fabrico, se aplicável;
- e) Cumprimento do prazo de entrega;
- f) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;

- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as lista de artigos do presente caderno de encargos.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens/serviços**

1. O fornecedor obriga-se a prestar todos os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam e dotadas de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Sernancelhe por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que estes lhe são prestados.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Entrega dos bens/serviços objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser prestados no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da assinatura do contrato.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a fornecimento dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, se aplicável.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor, se aplicável.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante, se aplicável.

#### Cláusula 9.ª

##### **Inspeção e testes**

1. Efetuado o fornecimento dos bens objeto do contrato, o Município de Sernancelhe, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 5 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na requisição oficial enviada pela unidade gestora e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos pelos seus fabricantes e indicados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, se aplicável.
2. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar à Câmara Municipal de Sernancelhe toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

#### Cláusula 10.ª

##### **Inoperabilidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso, dos testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Sernancelhe deve disso, informar por escrito o fornecedor, se aplicável.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal de Sernancelhe, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, se aplicável.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Câmara Municipal de Sernancelhe procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### Cláusula 11.ª

##### **Aceitação dos bens**

1. Caso os testes comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e da Câmara Municipal de Sernancelhe, se aplicável.
2. Com a assinatura do documento referido no número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal de Sernancelhe, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor, se aplicável.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

#### Cláusula 12.ª

##### **Garantia técnica e de bom funcionamento**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato pelo prazo mínimo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção e entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepância com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem, se aplicável.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosas ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Câmara Municipal de Sernancelhe tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Câmara Municipal de Sernancelhe e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### Cláusula 13.ª

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo em que o processo se encontre em vigor e até ao término das garantias, sem prejuízo do disposto no art.º 297.º e art.º 298.º do CCP, se aplicável.

#### Cláusula 14.ª

##### **Proteção de Dados pessoais**

1. O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional em vigor relativa à proteção de dados pessoais bem como o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, e ainda proteção da privacidade no sector de comunicações eletrónicas, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais ("Dados"), cujo acesso lhe tenha sido cedido pelo contraente público no âmbito da execução do presente contrato.
2. Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam cedidos contraente público ao abrigo da execução do presente contrato serão tratados em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais.
3. Paralelamente, o cocontratante obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo contraente público, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros.
4. O cocontratante obriga-se, por si e através dos seus colaboradores, a cumprir com as respetivas disposições que dizem respeito à proteção de dados que lhes sejam legalmente aplicáveis, obrigando-se a informar todos aqueles sobre os quais tenham a direção, sobre a abrangência da confidencialidade dos dados. Compromete-se, designadamente a não tratar os dados a que tem acesso de forma incompatível com a finalidade que justificou a recolha junto ao titular nem a copiar,



reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir ou divulgar a terceiros sem que para tal tenha sido expressamente autorizado, por escrito, pelo contraente público.

5. O cocontratante obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e organizacionais adequadas à segurança e privacidade dos dados pessoais por si guardados, utilizados e armazenados, e à livre circulação dos dados tratados no âmbito e para execução das atividades do presente Contrato devendo, em especial:

- a. Proteger os sistemas de processamento de dados por si utilizados contra o acesso de pessoas não autorizadas, bem como contra ataques, independentemente da sua natureza, pelos próprios colaboradores ou terceiros ou ainda contra destruição ou perdas acidentais;
- b. Garantir a posterior verificação e determinação sobre se e quem inseriu, alterou ou eliminou dados pessoais em sistemas de processamento de dados, no caso de uma ocorrência deste tipo.
- c. Garantir a confidencialidade, a integridade, e a disponibilidade, dos dados pessoais.
- d. conforme já previsto no nº 2 o tratamento de dados a realizar deve ser efetuado apenas de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados (o contraente público).
- e. Apagar ou devolver (consoante a escolha do responsável pelo tratamento) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados membros.
- f. No caso de subcontratação devidamente autorizada, o cocontratante deve obter a autorização expressa para o efeito do responsável pelo tratamento, ficando o subcontratante sujeito às mesmas obrigações do cocontratante, devendo o acordo entre ambos deter os mesmos requisitos de forma.

6. O cocontratante garante apoio ao responsável pelo tratamento em caso de exercício de direitos pelos titulares.

7. O cocontratante presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que sobre ele recaem (segurança, notificações de violações de segurança, avaliações de impacto).

8. O cocontratante colabora nas auditorias levadas a cabo pelo responsável pelo tratamento e garante que responderá, em prazo razoável, e na medida do possível, às questões da autoridade de controlo relativas ao tratamento de dados pessoais que este contrato projeta e a qualquer pedido de informação do titular dos dados quanto ao tratamento.

9. O cocontratante obriga-se a pôr em prática o procedimento de notificação à Autoridade de Controlo nacional em caso de violação de dados pessoais, no prazo máximo de 72 h após tomar conhecimento ou, após o mesmo, com a devida justificação do atraso na comunicação.

10. Sempre que o tratamento de dados pessoais por si efetuado envolva categorias especiais de dados, os titulares dos dados são informados de que os seus dados são alvo de operação que consubstancia um tratamento de dados, da finalidade e da respetiva condição de legitimidade.

11. O cocontratante é responsável por quaisquer danos causados ao titular dos dados e ao contraente público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, por si e/ou dos seus colaboradores, decorrente de incumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais e o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados bem como do presente contrato ou se não tiver seguido as instruções lícitas do Município de Sernancelhe conforme disposição referida no n.º 3.

#### Cláusula 15.ª

##### **Pormenores do tratamento de dados**

1. Os pormenores do tratamento de dados e, nomeadamente, as categorias de dados pessoais e as finalidades com que são tratados, estão especificados em anexo ao contrato que constitui parte integrante do contrato [SE APLICÁVEL].

#### Cláusula 16.ª

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sernancelhe de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Cláusula 17ª

### **Direitos de propriedade intelectual e industrial**

1. O fornecedor deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O fornecedor obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos bens contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da entrega dos bens é propriedade do Município de Sernancelhe, ainda que se verifique a cessação do contrato celebrado.
4. O fornecedor obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao Município de Sernancelhe relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

### **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sernancelhe**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Gestor do Contrato**

1. O órgão competente para a decisão de contratar designa um gestor do contrato, que oportunamente será comunicado ao fornecedor, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato através da medição dos níveis de desempenho do contratante, a execução financeira, técnica e material.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Preço contratual**

1. Pela entrega dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento de demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Sernancelhe pagará ao fornecedor até ao preço contratual da proposta em função dos preços unitários, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sernancelhe.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Revisão ou atualização dos preços**

1. Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

#### **Cláusula 21.ª**

### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Sernancelhe, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Sernancelhe das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato e apresentação da respetiva fatura que não poderá ser de valor superior ao indicado na requisição oficial.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Sernancelhe, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **Capítulo III**

### **Resolução do contrato**

#### **Cláusula 22.ª**

#### **Resolução por parte do Município de Sernancelhe**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Sernancelhe pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso na entrega dos bens num prazo superior a 12 horas.
2. O direito de resolução referido no número anterior é exercido mediante declaração enviada ao prestador de bens e desobriga o Município de Sernancelhe de efetuar qualquer pagamento.

#### **Cláusula 23.ª**

#### **Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Sernancelhe que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo IV**

### **Caução e seguros**

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Caução**

1. Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos seguintes riscos:

a) Responsabilidade Civil;

2. O Município de Sernancelhe pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 10 dias.

## **Capítulo V**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

**Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.ª

**Responsabilidades**

1. O fornecedor responde perante o Município de Sernancelhe por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o fornecedor responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Município de Sernancelhe vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo fornecedor, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do fornecedor a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 30.ª

**Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham.
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais.
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem.
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
- 6.

#### Cláusula 31.ª

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Sernancelhe pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, de 0,5% por cada dia de atraso, até ao limite de 20% do valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Sernancelhe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. O Município de Sernancelhe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Sernancelhe decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Sernancelhe exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 32.ª

**Subcontratação e Cessão da Posição contratual**

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 33.ª

**Legislação aplicável**

1. O presente procedimento e o contrato são regulados pela legislação portuguesa em vigor.



## LISTA DE ARTIGOS

Artigo	Descrição do Artigo		Unidade	Preço Base Total
1	Veiculo de passageiros de 9 lugares		1	68 000,00 €
	Características Técnicas:			
	Ar acondicionado	Ar acondicionado		
	Cilindrada	1499		
	Combustível	Diesel		
	Lugares	9 lugares sentados		
	Cor	Cinzento ou Outras		
	Ano da Matricula	2019 ou superior		
	Quilómetros	150.00 km no máximo		
2	Veiculo de passageiros de 9 lugares		1	
	Características Técnicas:			
	Ar acondicionado	Ar acondicionado		
	Cilindrada	1499		
	Combustível	Diesel		
	Lugares	9 lugares sentados		
	Cor	Cinzento ou Outras		
	Ano da Matricula	2019 ou superior		
	Quilómetros	150.00 km no máximo		
Valor Total S/IVA			68 000,00 €	

Sernancelhe, 27 de agosto de 2024

O Técnico Superior

Tiago David Soares Loureiro